Luciana Gonçalves Tibiriçá [[1]](#footnote-1)

Resumo:

A mineração faz parte da história de ocupação do território goiano e da formação das primeiras redes urbanas. Portugal tinha interesse pela região e junto com a necessidade de expansão de seu território, buscava o Eldorado. Os garimpos, dispersos pela província se tornaram cidades que, com o declínio das atividades minerais no século XVIII, tiveram poucas condições de se desenvolver. A característica aventureira dos exploradores e o fato de que eram pouco interessados na ocupação do espaço, acabou por fazer de Goiás um lugar inóspito durante o período de declínio da mineração. Goiás tem hoje um histórico de mais de duzentos anos de exploração mineral e como forma de ocupação do espaço do Cerrado goiano, a mineração efetivamente possibilitou a consolidação da economia pela agricultura no século XX.

**Palavras-Chave:** Mineração, Cerrado, Ocupação.

A

mineração teve um papel decisivo para o Brasil porque possibilitou a efetiva ocupação do espaço pela Coroa portuguesa para além da costa atlântica brasileira, a despeito de tratar-se de uma conquista colonialista tanto de minérios quanto de nativos a serem escravizados. As formas dessa apropriação e seus resultados ainda são percebidos, como as áreas urbanas muito próximas aos rios, que originaram os problemas ambientais hídricos; as áreas rurais distribuídas de forma geralmente desiguais e pouco produtivas, tanto para agricultura quanto para pecuária; e o emprego de práticas de manejo da terra ineficazes, que aos poucos têm sido adaptadas às novas tecnologias, muitas das vezes focada apenas na monocultura.

A descoberta de minerais no Brasil inicia-se oficialmente, segundo Cornejo & Bartorelli (2010, p. 39), em 1550, com uma carta destinada ao Rei Dom João III, escrita por Felipe de Guilhem, dando notícia das riquezas. A partir daí se estabelecem as bases para as diversas entradas e bandeiras que vieram desde então. Os bandeirantes paulistas foram os principais responsáveis pela descoberta do ouro no Brasil, inicialmente em Minas Gerais e, posteriormente, em Goiás e Mato Grosso, principalmente. As viagens empreendidas nos caminhos dos Goyazes a partir de 1592, seja para capturar os nativos, seja para garimpagem e reconhecimento científico, demonstra o grande interesse por esse território. Das muitas incursões regulares (bandeiras) realizadas com o objetivo de explorar o centro do país, Artiaga (1951, p.59) conta dezessete delas até a entrada organizada por Anhanguera Filho, em 1722. Seu objetivo era a instalação de povoados, pois a presença de ouro havia sido confirmada há tempos. Em 1666, Francisco Ribeiro de Morais, Jerônimo Bueno e José Lara haviam conseguido “muitos troféus e material mineralógico que comprovaram a fama” do lugar.

Palacín (2001, p. 14) analisa três razões para o extremo interesse pela região: 1) a necessidade de encontrar um caminho por terra para substituir a via fluvial utilizada para Cuiabá, considerada longa e difícil; 2) a existência de uma teoria geológica que avaliava a ocorrência dos metais preciosos em grandes faixas paralelas ao Equador e que aumentariam em densidade do leste para o oeste, o tal Eldorado...; 3) o momento político desfavorável aos paulistas, com o desmembramento e o estabelecimento da Capitania de Minas Gerais. A estes fatores, agrega-se ainda o fato relatado por Artiaga (1951), de que Portugal tinha interesse em ultrapassar os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

A confirmação da descoberta de ouro gerou uma acorrida pelos espaços e também por participar do processo de “enriquecimento”. A princípio, os aventureiros em busca de ouro que vieram para Goiás não tinham qualquer interesse em se fixar, diferentemente dos que ocuparam o território mineiro, provavelmente pela proximidade com os “centros” da Colônia. A formação dos arraiais goianos desconsiderou fatores geográficos e climatológicos e acabou por “estabelecer” os critérios para o surgimento dos novos arraiais, conforme explicita Palacín (2001, p.27), da seguinte forma: “Há ouro e água, isto basta”. Já Bertran (2010, p.5) associa quatro fatores que viabilizam a extração aurífera no século XVIII: geologia (apesar do conhecimento empírico dos aventureiros), relevo, clima e técnica.

Com a gradativa queda na produção de ouro, provavelmente decorrente do aprofundamento das catas, teria havido , segundo Bertran (2010), uma queda na compra de escravos voltados à mineração e ao aumento no investimento na agropecuária, tornando a economia da região voltada à autossubsistência, distante da perspectiva de decadência anotada pelos europeus. O autor completa sua tese esclarecendo que a queda na quantidade de ouro extraído fez com que a mineração se concentrasse naqueles que tivessem mais recursos e ao restante da população coube “afazendar-se” ou então passar à condição de faiscadores/garimpeiros paupérrimos e sem escravos. Funes (1986, p.107) esclarece que a crise econômica provocou a passagem da economia goiana da mineração para a produção agropecuária de pouco excedente e que isto gerou uma série de alterações na Província, como a reestruturação fundiária, alterações na produção agrícola e pecuária, e também na população, com a diminuição no quantitativo de escravos.

Assim, a ocupação do estado de Goiás é consequência da histórica extração mineral. A grande quantidade de minas existente permitiu a fixação das comunidades ao longo do território e, com o passar do tempo, tornou-se a base para o desenvolvimento do estado de uma forma geral. A configuração desse processo, objeto deste trabalho, demonstra que grande parte das atuais atividades econômicas goianas advém da história de seu processo de ocupação.

**Metodologia**

Esta pesquisa visa o levantamento histórico da ocupação do espaço do Cerrado goiano, o que se deu com a chegada dos bandeirantes. Na busca por bibliografia, foram estudados diversos autores. Palacín e os viajantes Saint Hilaire e Pohl contribuíram para o conhecimento dos modos empregados durante a ocupação; Artiaga, Calógeras, Eschwege e Bertran trazem à discussão o aspecto da mineração em si, seja a partir do modo de produção e das quantidades de minério retiradas, seja analisando a questão do “abandono” da mineração; Coelho retrata o modo de ocupação a partir das construções portuguesas e suas adaptações às necessidades regionais e, por fim, Funes contribui com a análise da transição mineração – agropecuária.

A análise do material bibliográfico permite o recobrimento de aproximadamente 200 anos da história goiana, focada desde os primeiros viajantes até a transição para a agricultura e pecuária. Como o objetivo dos primeiros bandeirantes era encontrar minérios (basicamente ouro), que justificasse a posse do espaço pela Coroa portuguesa, a mineração é considerada como a principal condição para a ocupação das terras dos Goyazes.

**Resultados e Conclusões**

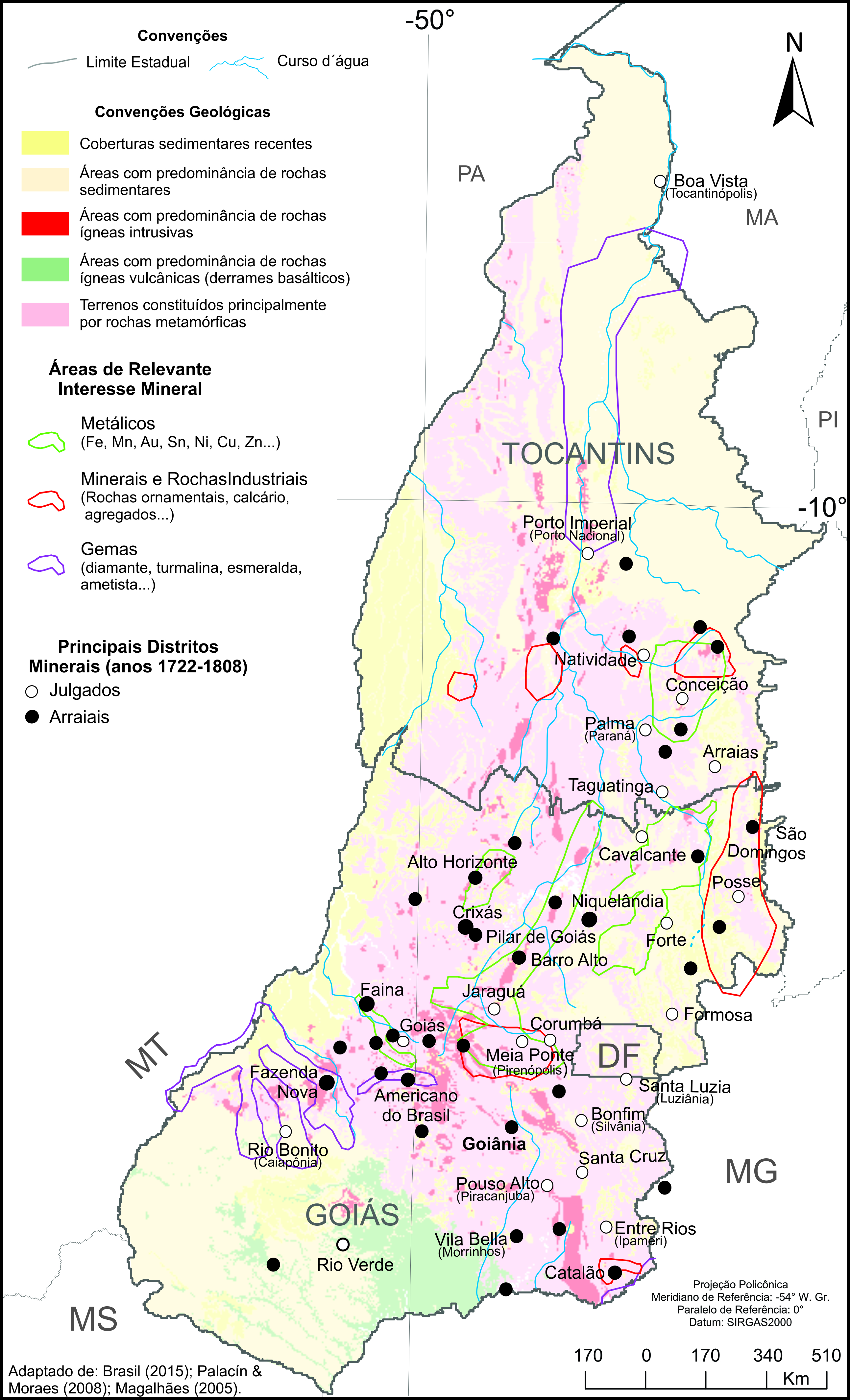
Goiás possui diversos exemplos de garimpos que se tornaram arraiais e depois cidades. Praticamente todas as cidades históricas goianas seguiram este caminho: Cidade de Goiás (Vila Boa), Pirenópolis (Meia Ponte), Luziânia (Santa Luzia), Natividade, Pilar, Crixás, Monte Alegre de Goiás (Morro do Chapéu), dentre outras (Figura 1). Entretanto, poucas cresceram ao longo destes dois séculos e a maior parte apresenta atualmente uma economia pouco desenvolvida. O fato de terem se formado nas localidades onde o ouro era encontrado, fez com que os arraiais ficassem dispersos na província, dependentes da localização do metal. A conexão entre eles ocorria por caminhos entre as fazendas, permitindo o escoamento da produção (ouro e alimentos) e também o contrabando.

Nesta época, não havia qualquer interesse em tomar uma região do interior visando torná-la próspera. Após a identificação do ouro e da instalação das áreas de extração, a construção de abrigos mostrou-se importante. Essa nova condição trouxe dificuldades aos desbravadores. A arquitetura característica das casas rurais paulistas, construídas com técnica adaptada a terrenos planos, não pôde ser utilizada nas áreas recém-descobertas devido à topografia. A solução veio com interferências portuguesas e adoção de técnicas adaptadas ao clima, topografia e materiais existentes, produzindo uma arquitetura com características próprias e adequadas às exigências da nova província (COELHO, 2007). Dentre as técnicas estão estruturas como gaiolas de madeira, pau a pique e adobe para as paredes.

A diferença entre a população e as organizações dos núcleos urbanos e construções edificadas em Minas Gerais e Goiás/ Mato Grosso são atribuídas por Coelho (2007) à grande distância destes últimos dos centros da Colônia e à falta de preocupação estética dos aventureiros. A formação da população por aventureiros com maiores limitações culturais e mais rudes, além de fugitivos da justiça e extraviadores de ouro, trouxeram modos, ações e uma arquitetura de simplicidade em projeto e em técnica.

Para Palacín (2001), os “vestígios” da mineração moldavam o espaço com escavações, remoções de terra e desvio das águas. Esta ação corrobora o posicionamento aventureiro dos “desbravadores” que, visavam o enriquecimento rápido, tinham postura instável e eram pouco interessados na efetiva ocupação do espaço, evitando criar raízes. Assim, desmataram grandes áreas, exploraram grandes regiões e, em parte, “inutilizaram definitivamente o que deveria ser um legado para várias gerações”, conforme a Carta da Câmara de Mariana ao Visconde de Barbacena. Eschwege (1979b) registrou a ocorrência de assoreamentos associados à busca por aluviões auríferos mais profundos. Para Bertran (2010), o povoamento desmedido teria sido responsável por tal devastação.

**Figura 1**. Principais distritos minerais e as áreas de relevante interesse mineral.



Elaboração da autora.

Semelhante ao que ocorre hoje, o garimpo “surge” e os aventureiros se acumulam de qualquer forma. No século XVIII, “assim que se descobria uma boa ocorrência, ninguém mais respeitava a propriedade alheia” (ESCHWEGE, 1979a). Não havia metodologia para a extração aurífera e, com a dificuldade de sua execução, os esforços eram proporcionalmente maiores. À medida que as áreas foram sendo “lavadas”, aumentava a incerteza de encontrar um local ainda não lavrado, o que levou a empreitadas inúteis, à degradação dos rios e à dispersão dos faiscadores.

As lavras em Goiás eram, em sua maioria, a céu aberto. Isto ocorreu como resultado dos ricos depósitos em cascalho, pelo baixo conhecimento técnico de extração mineral e pela falta de organização dos aventureiros, que praticamente exploravam garimpos e não minas, conforme Calógeras (1938). Eschwege (1979b) afirma que parte dos aventureiros nas antigas minas de São Paulo migrou para as recém-descobertas áreas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e outra parte passou a investir na agricultura em vilas próximas ao litoral, por considerá-la mais rentável.

Eschwege (1979b) era crítico do processo de extração aurífera brasileiro: as ações do faiscador, a falta de técnica empregada, a forma como o governo lidava com a distribuição das áreas aos mineiros e elaborava as leis que regulamentavam a mineração. Sobre a falta de técnica adequada para a extração do ouro, relata que “o ouro não se esgotou, e sim a técnica”. Isto porque teria sido extraído apenas o ouro superficial, mais fácil, permanecendo intactos os veios e depósitos principais.

Auguste de Saint Hilaire (1937) classificou as lavras em mineração de morro e de cascalho, declarando que conhecia apenas a exploração do leito dos rios ou suas margens. Em 1819, nas lavras goianas, não havia exploração de nenhuma mina a céu aberto ou galerias.

A mineração de cascalho, descrita por Palacín (2001), foi realizada em rios, tabuleiros (catas) ou nas encostas (grupiaras). Nas três, após a retirada do cascalho, a apuração do ouro era na bateia. A diferença entre eles está na maneira de se lavar o cascalho: retirando do rio, desviando a corrente ou fazendo barragens nas catas e, nas grupiaras desviando canais de água do curso original. Estes métodos, apesar de serem rudimentares e de baixa rentabilidade, ainda são empregados devido o baixo custo e valerem-se de pouco maquinário, porém trazem alterações complexas aos ambientes natural e hídrico.

Quanto à mineração de morro, apesar de pouco praticada em Goiás, há relatos de Saint Hilaire e Dr. Pohl em Cavalcante e Pilar. O pequeno interesse neste tipo de mineração era, provavelmente, a grande quantidade do minério na superfície, a necessidade de britar e pulverizar as rochas em busca do ouro, antes de serem lavadas e bateadas. O tipo do aventureiro instalado na região (nômade, “pequeno investidor”, com poucos recursos) e a dificuldade em operar cortes nas montanhas são outras motivos para a pequena existência deste tipo de mineração.

Após a estocagem e lavagem do ouro nas bateias, ocorre a amalgamação. Eschwege (1979a) a expõe com uso do mercúrio nas explorações onde a apuração com a bateia é difícil, por ser de granulometria muito fina. A contaminação das águas e do solo por mercúrio é contada por Bertran (2010) em sua tese de que, juntamente com o excesso de fogo usado para “abrir o sertão”, inviabilizou a caça, pesca e coleta indígena, acelerando a rendição.

Eschwege (1979a) estima, com a arrecadação do Quinto entre 1720 e 1730, que Goiás tenha produzido 9.212 arrobas (135.416 quilos). O ouro exportado por contrabando, entre 1600 e 1820, teria sido de aproximadamente 10.531 arrobas (154.805 quilos). Segundo Cornejo & Bartorelli (2010), entre 1730 e 1799, calculou-se a produção de ouro nas minas de Chapada de Ouro Fino, Barra, Santa Cruz, Natividade e Pilar em mais de 159 toneladas. Os historiadores não chegam a um consenso sobre quantidades e tampouco valores de venda, o que impede o estabelecimento das quantias. Neste trabalho optou-se por usar os dados de Eschwege por serem os conseguidos por ele juntamente às casas de fundição à época da publicação de seu livro, no século XIX. Esta dificuldade é encontrada também ao estabelecer o tamanho da população de brancos e de escravos.

Coelho (2007) expõe que o “despovoamento” de Goiás inicia-se à medida que o auge da mineração se encerra, por volta do início do século XIX. Esta fixação instável decorre da maneira como a economia mineradora se instalou, não focada no estabelecimento da agropecuária, da construção de riquezas sólidas e no baixo interesse de parte da população em ocupar de forma permanente a região. Conforme Palacín (2001), a fugacidade de seu momento de prosperidade não deu tempo à sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos.

Funes (1986) pondera quatro condicionantes importantes para a diminuição da renda da mineração em Goiás durante o período colonial: a mineração deixou de ser produtiva em função da utilização de técnicas rudimentares; da falta de braços para o trabalho; da insuficiência de capital; e da carência de empenho das autoridades dedicadas à arrecadação do quinto. Agrega-se ainda o fato analisado tanto por Palacín (2001) quanto por Coelho (2007): o caráter individualista do mineiro que buscava enriquecimento rápido sem investimentos adequados e falta de tendência em formar associações duradouras.

A produção nas fazendas sempre existiu, posto que a alimentação, obviamente, é um item de primeira necessidade. Entretanto, a produção da província, tanto de agricultura quanto pecuária, naquela época era voltada para consumo interno e não estimulada pelo governo, focado exclusivamente na extração mineral. A crise mineral atingiu também os agricultores, que perderam mercado, pois os mineradores não poderiam mais consumir as mercadorias. Essa dificuldade obrigou o governo a mobilizar-se em prol da agricultura, mesmo que despendendo muito tempo e recursos, exigindo a comercialização com o Pará. As atuações governamentais foram insatisfatórias e não conseguiram dinamizar a agropecuária e, desta forma, coube aos “roceiros” resistir como podiam.

Teixeira Neto (2006) avalia que o peso da administração colonial, o rigor das leis e impostos que recaíam sobre a população, principalmente a cobrança dos dízimos não instigavam qualquer iniciativa relacionada com a produção do campo e que, assim como hoje, são desestimulantes para os pequenos produtores. O autor afirma ainda que a distribuição das terras não se realizou de modo a promover pequenas propriedades camponesas e sim oligarquias em latifúndios, possibilitando posteriormente, a geração de movimentos camponeses revoltosos, como o de Trombas e Formoso, ocorrido em Goiás entre os anos de 1950 e 1957.

A migração de paulistas e mineiros para as regiões Sul e Sudoeste de Goiás a partir da década de 1830 foi importante para a economia goiana, porém insuficiente para torná-la competitiva (Funes, 1986). Bertran (2010) descreve ao longo do Vão do Paranã havia uma bem adaptada pecuária que estabelecia negócios com os estados da Bahia e Pará, mas que também não produzia o suficiente para além de sua subsistência.

Conhecendo o histórico brasileiro de extração dos recursos minerais não renováveis, são mais de duzentos anos de exploração sem preocupação com a extração mineral. Principalmente se avaliarmos o minério como um bem ambiental, houve despropósito na falta de regulação, controle, planejamento do aproveitamento mineral, trazendo danos pouco identificados ou conhecidos.

Referências

ARTIAGA, Z. 1951. *Geografia Econômica Histórica e Descritiva do Estado de Goiaz.* 1º Tomo. Tipografia Triângulo. 253p.

BERTRAN, P. 2010. *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: ICBC. 2ª Ed. 216p.

CALÓGERAS, P. 1938. *As Minas do Brasil e sua Legislação (Geologia Econômica do Brasil). Distribuição Geográfica dos Depósitos Auríferos.* Tomo 3º. 2ª Ed. Série 5ª Brasiliana. Vol. 134. Bibliotheca Pedagogica Brasileira. 507p.

COELHO, G.N. 2007. *Arquitetura da Mineração em Goiás*. 2ª ed. rev. e atual. Goiânia: Trilhas Urbanas. 102p.

CORNEJO, C.; BARTORELLI, A. 2010. *Minerais e Pedras Preciosas do Brasil*. São Paulo: Solaris Edições Culturais. 704p.

ESCHWEGE, W.L.von 1979a. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP. 1º vol. 222p.

ESCHWEGE, W.L.von 1979b. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP. 2º vol. 306p.

FUNES, E.A. 1986. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária***.** Goiânia: Ed. UFG. 176p.

PALACÍN, L. 2001. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.* 4ª ed. Goiânia: Ed. da UCG. 1994. 1ª reimp. 164p.

### SAINT-HILAIRE, A.de. 1937. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. Trad. Clato Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Ed. Nacional. Bibliotheca Pedagogica Brasileira V. Brasiliana; v. 68, 78. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/20301#> Acesso em: 10/03/2017.

TEIXEIRA NETO, A. 2006. *Pequena história da agropecuária goiana (O ouro acabou? Viva o boi!/ O ouro se foi? Chegou o boi!).* Observatório Geográfico de Goiás. Disponível em <https://observatoriogeogoias.iesa.ufg.br/up/215/o/teixeira\_neto\_ant\_nio\_pequena\_hist\_agropecu\_ria.pdf> Acesso em 11/11/2015.

Mining as a purpose for the historical occupation of Cerrado in Goiás State-Brazil

Abstract:

Mining is part of the history of current occupation in Goiás State and the formation of the first urban networks. Portugal had an interest in the region and, together with the need to expand its territory, sought the Eldorado. The garimpos, scattered throughout the province, became cities which, with the decline of mineral activities in the eighteenth century, had few conditions to develop. The adventurous character of the explorers and the fact that they were little interested in the occupation of space, ended up making the colony of Goiás an inhospitable place during the period of decline of the mining. Goiás has today a history of more than two hundred years of mineral exploration and as a form of occupation of the Cerrado of Goiás, mining effectively made possible the consolidation of the economy by agriculture in the 20th century.

**Palavras-Chave: Mining, Cerrado, Ocupation**.

1. Doutora em Geografia (UFG, Brasil). UFG/Brasil. luciana\_tibirica@ufg.br [↑](#footnote-ref-1)